



PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 5, v. 1 maio-out. 2016

p. 185-194.

Psicologia e clínica-política no campo das TRANS*diversidades

Flavio Lopes Guilhon¹

Anna Paula Uziel²

RESUMO: O presente trabalho apresenta algumas considerações acerca das práticas *psi* produzidas nos Centros de Cidadania LGBT do Estado do Rio de Janeiro, nos quais as equipes técnicas, pautadas na interdisciplinaridade, realizam empréstimos a diferentes áreas de conhecimento para a construção de intervenções potencializadoras de vida. Especificamente no que concerne aos saberes *psi*, sinalizamos para a necessidade de a Psicologia repensar o modo como dialoga com suas teorias e com as políticas públicas vigentes no país, no sentido de construir práticas que assegurem os Direitos Humanos. Nesse contexto, apostamos nos aspectos clínico-políticos dessas práticas para a produção de novas subjetivações e novos territórios de existência, rompendo com o padrão *cisheteronormativo* e legitimando as vivências transexuais.

PALAVRAS-CHAVES: Psicologia; Clínica-política; Subjetivação; Transexualidade.

Abstract: This paper presents some considerations about the psychological practices in the GBLT centers of Citizenship of the State of Rio de Janeiro, where their technical teams guided aiming at interdisciplinarity borrow from different areas of expertise to build interventions that enrich life. Specifically with regard to psychological knowledge, attention must be drawn to the need for psychology to rethink how it dialogues with its theories and the public policies in place in Brazil, in order to build practices that ensure human rights. In this context, we are investing in clinical and political aspects of these practices for the production of new subjectivities and new territories of existence, breaking with the pattern *cis-heteronormativity* and legitimizing transgender experiences.

Keywords: Psychology; Clinic policy; Subjectivity; transsexuality.

Resumén: El presente trabajo presenta algunas consideraciones acerca de las prácticas *psi* producidas en los Centros de Ciudadanía LGBT del Estado de Rio de Janeiro, donde sus equipos técnicos, pautados en la interdisciplinaridad, realizan préstamos a diferentes áreas de conocimiento para la construcción de intervenciones potencializadoras de vida. Especificamente en lo concerniente a los saberes *psi*, señalamos la necesidad de que la psicología repiense el modo en que dialoga con sus teorías y con las políticas públicas vigentes en Brasil, en el sentido de construir prácticas que aseguren los Derechos Humanos. En este contexto, apostamos en los aspectos clínico-políticos de estas prácticas, para la producción de nuevas subjetivaciones y nuevos territorios de existencia, rompiendo con el patrón *cisheteronormativo* y legitimando las vivencias transexuales.

Palabras clave: Psicología; Política Clínica; Subjetividad; transexualidad.

¹ Psicólogo, mestre pelo Programa de Pós Graduação em Psicologia Social da UERJ e Doutorando no Programa de Pós Graduação em Psicologia da UFF. Email: guilhon.flavio@gmail.com

² Professora associada do Instituto de Psicologia e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ. E-mail: uzielap@gmail.com

Recebido em 15/02/16

Aceito em 20/05/16

Tracejando linhas

Tem-se a parte inalienável da alma quando se deixa de ser um eu: é preciso conquistar essa parte eminentemente fluente, vibrante, lutadora.

Gilles Deleuze

Se o poder sobre a vida atingiu uma dimensão nunca vista anteriormente a clínica pode configurar-se como uma das formas políticas de resistência se não dissociar sua prática das demais esferas da experiência coletiva.

Cristina Rauter

A ideia de conquistar uma alma fluente, vibrante e lutadora associada a uma concepção de clínica-política pautada na resistência e em outros modos de subjetivações sinalizarão os caminhos pelos quais pensamos a produção de práticas *psi* no campo das TRAN*diversidades a partir da aposta em aspectos clínico-políticos ao longo de experiência nos Centro de Cidadania LGBT dos municípios do Rio de Janeiro e de Niterói.

No Estado do Rio de Janeiro os Centros de Cidadania LGBT, juntamente com o Disque Cidadania LGBT, têm composto os dois principais eixos de atuação do Programa Rio sem Homofobia (RSH) desde 2010. O Disque Cidadania LGBT funciona como um serviço telefônico que recebe demandas de LGBT referentes à situação de violação de direitos ou à solicitação de orientações que, em seguida, são encaminhadas para um dos quatro Centros de Cidadania LGBT existentes. Os referidos serviços atuam na perspectiva interdisciplinar a partir de equipes técnicas formadas por profissionais do Direito, da Psicologia e do Serviço Social.

Se por um lado a construção do RSH iniciou uma maior discussão acerca das diversidades sexuais e de gênero nas políticas públicas no âmbito da Assistência Social, por outro a experiência de acompanhamento das equipes ampliou essa discussão ao colaborar para a emergência de novas demandas, questionamentos e encencas ao nos debruçarmos sobre as especificidades que atravessam e constituem as vivências transexuais no Estado do Rio de Janeiro. Nesse sentido, novos desafios foram sendo apresentados à Psicologia, sobretudo no que concerne à construção de práticas *psi* que entendam a transexualidade enquanto uma vivência possível e não enquanto uma patologia a ser curada ou corrigida.



Não sobreviventes, mas guerreiros pela Vida

Compartilhamos com Coimbra *et al* (2002) a afirmativa de que as pessoas que enfrentam a violência e a ela sobrevivem, antes de vítimas, são guerreiras da e pela vida, de modo que, “trabalhar junto com é trabalhar ao lado do guerreiro e do resistente: é concorrer para a potencialização desses devires, marcados pela positividade e não pela falta” (p.117-118).

Infelizmente, muitas são as violências que atravessam as vivências das pessoas transexuais. Cossi, ao discutir a construção do corpo transexual, afirma que este

transexual é sinônimo de sofrimento. Daí a vestimenta ter função “normalizadora” ao transexual, como um envoltório, funcionando como contenção de uma presença intolerável. Para alguns transexuais, o uso da roupa em si já é eficaz como forma de neutralizar o mal-estar, para outros, não. Daí recorrerem à cirurgia de redesignação sexual. De qualquer forma, não é só o órgão sexual que os convoca à dimensão da aversão, mas todo corpo (COSSI, 2011; p. 133).

Entendemos violência como as ações limitadoras, constrangedoras e obstaculizadoras das potências e possibilidades de vida, como sinaliza Rauter (2009). Violências que se têm se apresentado cotidianamente nos atendimentos através de dores, choros e silêncios sinalizando a existência de tantas impossibilidades em torno das trajetórias de pessoas trans. Relatos no quais se evidenciam a não aceitação e preconceito por parte da família e instituições de serviços públicos ou privados; sentimento de não pertencimento; invisibilidade e falta de reconhecimento; sentimento de inadequação associada à *demonização* das vivências *trans*.

Situações que produzem a abjeção e imaterialidade dos corpos (BUTLER, 2002) que limitam, invisibilizam e exterminam muitas vivências transexuais, efeitos percebidos desde à restrição de sua circulação pelos espaços públicos até o assassinato de parcela dessa população.

Ao considerarmos que o Brasil é um dos países que mais mata pessoas transexuais no mundo, é importante trazer ao debate acerca das práticas *psi* no campo da diversidade de gênero aspectos sociais e políticos necessários para a construção de uma Psicologia por um lado produtora de novos sentidos e novos territórios de existência, de modo a se habitar o mundo com maior segurança e autonomia, e por outro mais engajada com a transformação da sociedade e com a garantia dos Direitos Humanos, conforme sinaliza nosso Código de Ética.

No Centro de Cidadania LGBT, especificamente no que se refere ao acompanhamento de pessoas transexuais, somos convocados a repensar intervenções, considerando os modos de



vida impostos pelo capitalismo, ao nos obrigar a consumir certo estilo de vida (em especial de ser homem e de ser mulher), como se fora desse binarismo não houvesse outras possibilidades e maneiras de viver e de sentir. Sobre essa questão, Rauter sinaliza que a

biopolítica do totalitarismo moderno se conjuga com a imposição de uma sociedade que nos obriga a consumir não só mercadorias, mas modos de viver e de sentir. Estamos cada vez mais colocados na posição de reféns capturados nas malhas dos dispositivos do saber/poder, cuja violência nos traumatiza e que podem se tornar “invisíveis” para muitos terapeutas, preocupados não com o plano das intensidades ou das experimentações, mas com categorias gerais e negatividades que habitariam o interior dos indivíduos (RAUTER, 2009, p. 72).

As contribuições de Rauter (2009) nos remetem ao campo das práticas, considerando os aspectos clínicos e políticos que tais práticas convergem, deslocando nossa maneira de intervir, deixando de focar a interiorização dos indivíduos e valorizando experimentações de modo a criar dispositivos que assegurem possibilidades de vivências e potencialize-as, apostando em uma clínica transdisciplinar e não submissa às tiranias da intimidade.

Para tal, Cristina Rauter (2009) se orienta pelo que chama de *campo de dispersão*, que se opõe a um saber ordenado e universal e que se utiliza de fragmentos de teorias, além de fazer empréstimos e estabelecer parentescos não autorizados entre diferentes campos de saber. Menos preocupada com a coerência interna do discurso e mais interessada nos efeitos que produzirão no campo das práticas, em especial na clínica psicoterápica, a autora sugere a construção de intervenções para a criação de “estratégias particulares, singulares que digam respeito aos problemas também singulares que esta nos propõe” (RAUTER, 2009, p. 95).

Apontando para uma direção mais política e potencializadora das práticas clínicas, Passos e Barros (2009, p. 103) sinalizam a importância da “possibilidade de pensar o campo da clínica nisso que ele tem de potência de se criar e recriar a cada instante”, concepção que nos auxilia a pensar as práticas produzidas no Centro de Cidadania LGBT enquanto produtoras de Vidas.

Essas práticas produtoras de vida, sentidos, mundo e subjetividades, nos remetem a pensar acerca de sua potência criadora. De acordo com Deleuze (1997, p. 172), a potência pode ser compreendida enquanto “uma idiosincrasia de forças em que a força dominante se transforma ao passar para as dominadas, e as dominadas ao passar para a dominante: centro de metamorfose”. Logo, as práticas produzidas no Centro de Cidadania LGBT ao longo dos acompanhamentos das



peças transexuais estão diretamente ligadas à potência, enquanto uma possibilidade constante de metamorfosear a vida e de produzir novos territórios existenciais e outras formas de subjetividades.

Rauter, Passos e Benevides (2002) referem-se à subjetividade enquanto um processo de produção de si ou processo de subjetivação, a partir de um conceito híbrido, “já que não descreve uma essência ou uma natureza, mas diz respeito a um processo de produção ou de criação de si que se realiza com componente heterogêneos, matérias distintas ou vetores de existencialização diversos” (p. 10).

A construção de subjetividade, nesse sentido, nos aproxima dos efeitos, afetos e reverberações de componentes heterogêneos que estão entrelaçados, num movimento de dupla-captura, possibilitando a produção de determinadas práticas voltadas às pessoas transexuais acompanhadas pelo Centro de Cidadania LGBT.

Afeto e clínica-política – produzindo práticas

Ao convocar os *afetos* para pensar as práticas produzidas no Centro de Cidadania, fazemo-los através de dois sentidos, um atrelado ao ato de afetar e ser afetado, enquanto algo que produz efeito no outro, e outro atrelado à afetividade enquanto postura de acolhimento. Sentidos que aumentam a potência de agir do corpo e de criar mundos e, conseqüentemente, territórios subjetivos, através de uma política de subjetivação e de organização do socius. Sobre a produção de mundo, Deleuze e Guattari (1997a) propõem que

É nesse sentido que devir todo mundo, fazer do mundo um devir, é fazer mundo, é fazer um mundo, mundos, isto é, encontrar suas vizinhanças e suas zonas de indiscernibilidade. O Cosmo como máquina abstrata e cada mundo como agenciamento concreto que o efetua. Reduzir-se a uma ou várias linhas abstratas, que vão continuar e conjugar-se com outras, para produzir imediatamente, diretamente, um mundo, no qual é o mundo que entra em devir e nós nos tornamos todo mundo (p. 66).

Nessa construção de mundo, nos colocamos em movimento(a)ções necessárias para a produção de práticas clínico-estético-políticas numa constante oscilação entre o repouso de algo construído e a necessidade de sua reinvenção. Aproximo essa produção de um ato artístico, enquanto um processo de criação, de afetabilidade, de afetividade e de devir numa aposta na vida, nas potências, na produção de novos territórios subjetivos.

Essa aposta nos remete a Guattari quando afirma que



a reconquista de um grau de autonomia criativa num campo particular invoca outras reconquistas em outros campos. Assim, toda uma catálise de retomada de confiança na humanidade em si mesma está para ser forjada passo a passo e, às vezes, a partir dos meios os mais minúsculos (GUATTARI, 2012, p. 56-57).

Ao propor tantas aproximações e parentescos, nos remetemos à questão das fronteiras que, muitas vezes, para além de limitar, impedem trânsitos entre saberes, campos de atuação, sexualidade e gênero. Ao problematizar as práticas clínicas e a política, Eduardo Passos convida-nos a pensar sobre fronteiras, que no seu entendimento se configura enquanto uma questão política e de jogo de forças, onde o crivo seletor e de regra daquilo que pode ou não entrar em jogo, “no limite entre a clínica e a política, somos forçados a sair do caso da clínica para pensar a clínica como um caso ou, o que vem a dar no mesmo, pesarmos qual política tal clínica produz”. (2013, p.13).

Nesse jogo de forças, nessa clínica-política e micropolítica que se referem aos processos de criação de si e do mundo, tais práticas são continuamente convocadas a se reinventar, num eterno movimento de análise e de novas construções.

Ao cogitar sobre esses movimentos e novas construções dessas práticas somos direcionados às problematizações feitas por Rauter (2009) ao pensar em uma clínica do contemporâneo. A autora pontua o esvaziamento político que envolve grande parte de profissionais, no que se refere à concepção da violência para além dos contextos intrafamiliares, e propõe a realização da clínica enquanto uma aposta política:

se o poder sobre a vida atingiu uma dimensão nunca vista anteriormente a clínica pode configurar-se como uma das formas políticas de resistência se não dissociar sua prática das demais esferas da experiência coletiva. Os sintomas podem ser vistos como tentativas, ainda que precárias, de denúncia ou de resistência contra a violência dos imperativos aos quais estamos submetidos, o que implica conceber a prática clínica como um espaço político de acolhimento e gestação de subjetividades que pedem passagem, catalisando a construção de outros territórios existenciais para além dos dispositivos de captura. Para isso será necessário ouvir a narrativa do paciente não apenas como uma enunciação individual, mas como um modo singular de dizer uma história que é necessariamente coletiva (RAUTER, 2009, p. 72).

Acerca do modo como podemos, então, ouvir os relatos das pessoas transexuais, não como enunciação individual, mas sim como um modo que, ao narrar sua história, esta se faz coletiva, entendemos que essa escuta pode ser um instrumento político de resistência às muitas



capturas que tentam amarrar nossos corpos e pasteurizar nossas subjetividades. Um desafio que se coloca, então, é o de contagiar os outros com essa forma de resistência, a partir de uma aposta nos encontros e diálogos e nos deslocamentos e reverberações que esses causam. Nesse sentido, Azeredo sinaliza que

o novo jeito de fazer está no encontro com a diferença, no esvaziar-se de si mesmo, colocando o eu na narrativa, enfim, na invenção de novas práticas performativas que resistam à reiteração das normas que produzem o humano numa situação de dominação (2010, p. 183).

Resistir a essas normas de dominação e produzir novos processos de singularização nos remete a pensar sobre o limite entre a clínica e a política, e ampliamos, nesse contexto, a clínica para as práticas produzidas, através das quais “somos forçados a sair do caso da clínica para pensar a clínica como um caso ou, o que vem a dar no mesmo, pesarmos qual política tal clínica produz” (PASSOS, 2013, p.13).

Ao discutir as possibilidades que envolvem a prática clínico-política, Eduardo Passos (2013) a entende enquanto micropolítica por ser “relativa aos movimentos políticos minoritários que escapam das máquinas sobrecodificadoras e das medidas-padrão” e por estar atrelada aos “processos de criação de si e do mundo; a um só tempo política de subjetivação e política de organização do *socius*” (p. 14).

Ao pensar acerca da clínica-política, Rauter, Passos e Benevides salientam que, para além de se falar das violações de direitos, se trata da interface clínico-política com as quais profissionais da área da Saúde Mental estão sempre envolvidos cotidianamente (2002). Acrescentam ainda que, em nossas práticas, lidamos constantemente com modos de produção de subjetividade que, indissociavelmente, correspondem a novos modos de experimentação e de construção de realidade. Nesse sentido, afirmam que estamos engajados com modos de criação de si e do mundo. Rauter, Passos e Benevides (2002) afirmam que a clínica, em relação à produção de subjetividade, demanda que “nos arrisquemos numa experiência a um só tempo de crítica e de análise, ou como poderíamos dizê-lo, crítico-analítica das formas instituídas, o que sempre compromete politicamente” (p. 09).

Entendemos também que tais práticas ético-estético-políticas, entretanto, respeitam as especificidades que envolvem cada caso e oferecem, considerando-se a disponibilidade de cada pessoa, a possibilidade de potencializar e ressignificar a própria Vida. Pois, de acordo com Rauter, Passos e Benevides (2002, p. 11), “é necessário, desta forma, (re)construir nossa



potência política, apostar em nossa capacidade de sonhar, criar outras vias de efetuação, fortalecer nossas ‘utopias ativas’”.

Para fortalecer essas utopias ativas, apostamos na importância de pensarmos nossas intervenções a partir do Rizoma, que “conecta um ponto qualquer com outro ponto qualquer”, no qual “cada um de seus traços não remete necessariamente a traços da mesma natureza”, colocando “em jogo regimes de signos muito diferentes, inclusive estados de não-signos”, não tendo “começo nem fim, mas sempre um meio pelo qual ele cresce e transborda” (criando novos *matizes*), conforme a proposta do Rizoma (DELEUZE e GUATTARI, 1995; p. 15), nos remetendo à construção de uma prática clínica-política que compreenda a transexualidade enquanto uma vivência possível e potencialize sua vivência.

Referências

- AZEREDO, Sandra. Encrenca de gênero nas teorizações em psicologia. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 18, n. 1. Janeiro-abril de 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2010000100011/12395>>. Acesso em: 06/09/2013.
- BARROS, Regina Benevides de. *Grupo: a afirmação de um simulacro*. 3. ed. Porto Alegre: Sulina/Ed. UFRG, 2013. (Coleção Cartografias).
- BENEVIDES Regina. *Equipe Clínico-Grupal, Grupo Tortura Nunca Mais – RJ. Instituto*. Rio de Janeiro: Franco Basaglia/Ed. TeCorá, 2002.
- BRASIL. *Constituição da República Federal do Brasil de 1988*.
- _____. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. *Brasil sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual*. Brasília, 2004.
- _____. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais*. Brasília, maio de 2009.
- _____. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. *Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)*. Brasília: 2010.
- BUTLER, Judith. Actos performativos y constitución del género: un ensayo sobre fenomenología y teoría feminista. *Debate Feminista*, n 18, p. 296-314. 1998.
- BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes. *Corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- COIMBRA, Cecília Maria Bouças; ANDRADE, Jorge Márcio Pereira de; LEITÃO, Maria Beatriz Sá; e BRASIL, Vera Vital. Intervenção clínica quanto à violação de Direitos Humanos: por uma prática desnaturalizadora na teoria, na ética, na política. In: RAUTER, Cristina; PASSOS, Eduardo; BENEVIDES Regina. *Clínica e política: subjetividade e violação dos direitos humanos. Equipe Clínico-Grupal, Grupo Tortura Nunca Mais – RJ*. Rio de Janeiro: Instituto Franco Basaglia/Ed. TeCorá, 2002.
- COSSI, Rafael Kalaf. *Corpo em obra: contribuições para a clínica psicanalítica do transexualismo*. São Paulo: Editora nVersus, 2011.



- DELEUZE, Gilles. *Crítica e clínica*. Trad. Peter Pál Pelbart. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 1997.
- DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Trad. Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs*. Capitalismo e esquizofrenia. Trad. Suely Rolnik. São Paulo: Ed 34, 1997a. v. 4. (Coleção TRANS).
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs*. Capitalismo e esquizofrenia. Vol. 5. Trad. Pál Perbart e Janice Caifa. São Paulo, Ed 34, 1997b. (Coleção TRANS).
- DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. *Diálogos*. Trad. José Gabriel Cunha. Diálogos. Lisboa: Ed. Relógio D'Água, 2004.
- ESPINOSA, Benedictus de. *Ética*. Trad. Tomaz Tadeu. 2. ed. 2 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- FACCHINI, Regina. *Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2005.
- FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. Trad. Paula Siqueira. *Cadernos de Campo*, n. 13, p. 155-161, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Org. Roberto Machado. 23. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- GLEIZER, Marcos André. *Espinosa & a afetividade humana*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2005.
- GUILHON, Flávio Lopes. *Pirateando afetos e produzindo práticas*. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- GUATTARI, Félix. *Caosmose: um novo paradigma estético* Trad. Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2012a. (Coleção TRANS)
- GUATTARI, Félix. *As três ecologias*. Trad. Maria Cristina Bittencourt. 21. ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 2012b.
- LOURO, Guacira Lopes. *Pedagogias da sexualidade*. In: LOURO, Guacira Lopes. *Corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- MOURÃO, Jane Calhau; JORGE, Marco Aurélio; FRANCISCO, Sônia de Abreu. *Violência organizada, impunidade e silenciamento*. In: RAUTER, Cristina; PASSOS, Eduardo; BENEVIDES Regina. *Clínica e política: subjetividade e violação dos direitos humanos*. Equipe Clínico-Grupal, Grupo Tortura Nunca Mais – RJ. Instituto Franco Basaglia/Editora TeCorá. Rio de Janeiro: 2002.
- MISKOLCI, Richard. *Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças*. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. Universidade Federal de Ouro Preto, 2013.
- PASSOS, Eduardo. Quando o grupo é afirmação de um paradoxo. In: BARROS, Regina Benevides de. *Grupo: a afirmação de um simulacro*. 3. ed. Porto Alegre: Sulina/Ed. UFRG, 2013. (Coleção Cartografias)
- PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides. A construção do plano da clínica e o conceito de transdisciplinaridade. In: MOURÃO, Janne Calhau. (org.). *Clínica e política 2: subjetividade, direitos humanos e invenção de práticas clínicas*. Rio de Janeiro: Abaquer - Grupo Tortura Nunca Mais, 2009.
- POZZANA, Laura. A formação do cartógrafo é o mundo: corporificação e afetabilidade. *Fractal Rev. Psicol.*, v. 25, n 2, p. 323-338, Maio/ago. 2013. Disponível em: <<http://www.uff.br/periodicoshumanas/index.php/Fractal/article/view/1113/864>>. Acesso em:01/03/2014.
- PRECIADO, Beatriz. *Manifiesto contra-sexual: prácticas subversivas de identidad sexual*. Madrid: Opera Prima, 2002.
- PRINS, Baukje; MEIJER, Irene Costera. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. *Rev. Estud. Fem.*, v. 10, n. 1, p. 155-167, 2002.



RAUTER, Cristina. Clínica e violência: construções e problematizações para uma clínica do contemporâneo. In: TEDESCO, Silvia; NASCIMENTO, Maria Livia. *Ética e subjetividade: novos impasses no contemporâneo*. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2009.

RAUTER, Cristina; PASSOS, Eduardo; BENEVIDES Regina. Clínica e Política: subjetividade e violação dos Direitos Humanos. In: RAUTER, Cristina; PASSOS, Eduardo; BENEVIDES Regina. *Clínica e política: subjetividade e violação dos direitos humanos*. Equipe Clínico-Grupal, Grupo Tortura Nunca Mais – RJ. Rio de Janeiro: Instituto Franco Basaglia/Editora TeCorá, 2002.

RODRIGUES, Heliana de Barros Conde; MOURÃO, Jane Calhau. A herança da violência: o silêncio e a dor das famílias atingidas – aspectos do tratamento. In: RAUTER, Cristina; PASSOS, Eduardo e BENEVIDES Regina. *Clínica e política: subjetividade e violação dos direitos humanos*. Equipe Clínico-Grupal, Grupo Tortura Nunca Mais – RJ. Rio de Janeiro: Instituto Franco Basaglia/Editora TeCorá, 2002.

